

Democracia e governança na Guiné-Bissau

Mamudo Djanté

Instituto Superior Politécnico São Francisco de Assis

1 Introdução

A Guiné-Bissau tomou a sua independência de Portugal em 24 de setembro de 1973 e logo adotou o regime do partido único, que unia dois Estados, a Guiné-Bissau e Cabo Verde sob direção do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em um regime de partido/Estado com um governo baseado em um modelo socialista, embora não formalmente. Depois de oito anos, em 1980, após um golpe de Estado comandado por João Bernardo Vieira (Nino), a Guiné-Bissau rompeu com Cabo Verde e passou a ser dirigida por um regime de ditadura militar (Teixeira, s.d.). Em março de 1991, abriu-se ao regime democrático e só em 1994 teve a sua primeira experiência da realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias.

Portanto, destaca-se que, desde 1980, a Guiné-Bissau tem sido marcada por ciclos de instabilidade política e desafios de governança. Sabendo que, mesmo com a implementação de um Estado Democrático de Direito em 1991, este pequeno país africano não deixou de conhecer diversos golpes de Estado militar e uma série de tentativas de subversão de ordem constitucional, causados por crises políticas internas no seio dos partidos políticos e conflitos institucionais entre os titulares de órgãos de soberania, os quais dificultaram a instalação de instituições democráticas sólidas e da consolidação de governos democraticamente estabelecidos¹ (Rizzi, 2010).

O objetivo principal deste artigo é estabelecer uma análise contextualizada sobre a democracia e a governança na Guiné-Bissau ao longo de sua história republicana, visto que o país passou por diferentes estágios políticos com períodos de governo civil e governo militar, nos quais os sucessivos sobressaltos constituem empecilhos para a consolidação democrática, e um dos principais fatores que o impedem de criar mecanismos para uma boa governação, afetando, assim, o seu desenvolvimento econômico, político e social.

Após uma leitura aprofundada sobre conceitos de democracia e das abordagens da realidade política guineense, em uma reflexão indutiva, chegamos à conclusão de que a democracia na Guiné-Bissau ainda não está consolidada e há o risco de o país retornar ao regime ditatorial. Portanto, levanta-se a hipótese de que a configuração do atual regime, liderado por Umaro Sissoco Embaló no país, está a aumentar este risco. Entretanto, por ser um trabalho de análise básica quanto à sua natureza, a metodologia a ser empregada é de abordagem qualitativa, pois os dados coletados são descritivos e retratam o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Por

¹ Citamos como exemplo: conflito político e militar de 7 de junho de 1998; golpe de Estado militar de 2003, que derrubou o então Presidente da República Kumba Yalá; assassinatos do antigo Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Tagme Na Waie e do então Presidente da República, João Bernardo Vieira, ambos em março de 2009; golpe de Estado militar de 2012, que interrompeu o processo das eleições presidenciais.

isso, poderá não haver a preocupação de comprovar a hipótese levantada, uma vez que o conceito de países democráticos pode ser relativo.

Para testar tais afirmações, podemos considerar que, excepcionalmente, desde início de 2020, a democracia guineense que até então era considerada frágil por muitos cientistas políticos (M'bunde, 2018), passou a enfraquecer ainda mais, devido às violações sistemáticas da Constituição da República por parte do seu atual presidente (Sissoco Embaló), levando, assim, o país rumo à ditadura e ao autoritarismo. Pois, o regime instalado, além de corromper os meios políticos, banalizou o Estado, restringiu e reprime violentamente quaisquer manifestações cívicas nas ruas. Para sustentar estas afirmações, propõe-se trazer os conceitos da Democracia e Ditadura, a fim de compreender melhor tais dinâmicas, decerto que os dois modelos de regime possuem características opostas. Enquanto no primeiro o poder se concentra em muitas instâncias, no segundo o poder se concentra em uma única instância.

2 Contexto histórico, político, econômico e cultural da Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau é um país situado na costa oeste do continente africano, com uma superfície total de 36.125km². O seu território é composto por uma parte continental e outra parte insular, que engloba o Arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 88 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas. O país faz fronteira com a República do Senegal ao norte, a este e a sul com a República da Guiné² e a oeste é toda banhada pelo Oceano Atlântico. A Guiné-Bissau é uma República soberana, democrática, laica e unitária (Augel, 2007; Guiné-Bissau, 2015; ANEME, 2018).

Conforme Moema Parente Augel (2007, p. 50), “a Guiné-Bissau é um país plano, com clima tropical, embora marítimo; nas regiões do Leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental”. Segundo dados da Afrobarometer (2024) estima-se que atual população da Guiné-Bissau é de 2.061 milhão. Porém, em 2016, segundo as fontes da Organização das Nações Unidas, estimava-se que a população da Guiné-Bissau era de 1.888 milhão, com uma taxa de crescimento populacional de 2,5% por ano e uma densidade populacional de 43,35 habitantes por km². O país é um dos mais pobres do mundo e apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito baixo, figurando-se nas dez últimas posições entre 188 países classificados (ONU, 2017).

Entretanto, a população da Guiné-Bissau é considerada extremamente jovem, tendo em conta que mais de 64,5% têm menos 35 anos de idade e apenas 3%, mais de 65 anos. Neste contexto, a expectativa média de vida de um bissau-guineense é de 52,4 anos (51,2 anos de idade para homens e 53,6 anos de idade para mulheres) (Guiné-Bissau, 2005, 2009). O povo bissau-guineense é composto majoritariamente por uma grande pluralidade de grupos étnicos, (mais de duas dezenas de etnias diferentes), das quais os mais populosos são: Fulas (28,5%), Balantas (22,5%), Mandingas (14,7%), Papéis (9,1%), Manjacos (8,3%), Mancanhas, Bijagós, Mansuancas, Felupes, Beafadas, Baiotes, Brames, Saraculés, Djakancas, Sossos, Nalús e etc, correspondem a proporções abaixo de 1% cada (Guiné-Bissau, 2009).

² A capital do país é Conakry ou Conacri, sendo comumente chamado de Guiné-Conackry (Augel, 2007, p. 49).

Em termos religiosos, calcula-se que 45% da população pertence à religião islâmica (muçulmana) e 5% à cristã (maioria católica), sendo os restantes 50% de habitantes classificados como “animistas”.

Administrativamente, a Guiné-Bissau está dividida em três províncias: Norte, Sul e Leste, divididas em oito regiões mais o setor autónomo de Bissau, a capital. As regiões são: Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e Sector Autónomo de Bissau. Por sua vez, as regiões estão divididas em setores (38 no total) e estes subdivididos em seções (103 no total), compostas por cerca de 4.500 *tabancas* (aldeias) (Guiné-Bissau, 2018; Mbunde, 2018, p.63).

Portanto, as regiões e setores são dirigidos por Comitês de Estado, onde os representantes máximos do Governo regional são os “governadores de região” e nos setores são designados por “administradores de setor”. Desta maneira, como ainda não existem eleições autárquicas ou municipais no país, a nomeação e a exoneração dos governadores das regiões e de administradores dos setores é da competência do governo, sob a proposta do ministro da Administração Territorial, o controle de funcionamento de órgãos regionais, enquanto os líderes comunitários ou chefes de *tabanca* são escolhidos pela comunidade local (Banco Mundial, 2018).

Contudo, salienta-se que a Guiné-Bissau tem reservas de petróleo, bauxita, fosfato e outros minérios que ainda não foram exploradas efetivamente (ONU, 2006). Além disso, o país conta com uma rica variedade de fauna e flora protegidas, e grande variedade de qualidades marinhas raras com mais de 230 espécies de peixes, crustáceos e moluscos (ANEME, 2018, p. 14-15).

Apesar de possuir abundantes recursos naturais e uma vasta floresta, a Guiné-Bissau carece de grandes infraestruturas. O país não dispõe de ferrovias e, da rede rodoviária nacional, que é composta por 3.455km, somente 965km são estradas pavimentadas enquanto 2.490km são de terra batida. A Guiné-Bissau possui apenas um único aeroporto pavimentado (o Aeroporto Internacional Osvaldo Vieira) e pequenos aeródromos locais, sem capacidade para mais do que avionetas/aviões leves (monomotor ou bimotor). O porto de Bissau é o único do país, sendo responsável por 85% das exportações e mais de 90% das importações. Porém, este porto encontra-se em um estado de degradação avançado (Guiné-Bissau, 2005).

No campo da educação, a Guiné-Bissau possui apenas uma universidade pública (a Universidade Amílcar Cabral - AUC), criada no ano 2000 e que até hoje enfrenta enormes dificuldades no seu funcionamento. Enquanto isso, a degradação das escolas de ensino secundário está muito avançada, contando com longas paralisações por falta de pagamento dos professores por parte do governo, motivo pelo qual há um alto índice de analfabetismo no país, visto que o governo investe menos de três por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em educação (Guiné-Bissau, 2009). O setor de saúde também conta com pouca intervenção financeira do Estado, por isso, muitos hospitais e centros de saúde encontram-se em um estado de deterioração avançado, confrontando-se, ao mesmo tempo, com falta de equipamentos e de agentes qualificados (Guiné-Bissau, 2005).

A economia da Guiné-Bissau depende, majoritariamente, da pesca, da agricultura e do comércio. Foi estimado que, em 2015, cerca de 67% da população vivia abaixo do nível de pobreza, da qual 65% sobrevivem com menos de dois dólares por dia, enquanto o nível de desemprego da população ativa girava em tornos de 60% (Guiné-Bissau, 2011). Além de ser um país muito pobre, a Guiné-Bissau é também altamente endividado, com um déficit orçamental global de 8,2% do PIB

(1.038.867.55 milhões de Fcfa), sendo estimada uma dívida pública externa de 80,2% do PIB, em 2023. Esse limite foi ultrapassado, considerando o critério de convergência estabelecido pela União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), cujo valor fixado é de 70% (FMI, 2024).

O Estado da Guiné-Bissau gasta muito mais do que a receita gerada pelo tesouro público, por isso, anualmente o país depende de ajuda externa para suprir o Orçamento Geral do Estado, tendo em vista que a administração pública é o responsável por 70% de empregos formais gerados no país. As outras formas de emprego são geradas fora do setor formal moderno, isto é, nos setores informais urbanos e rurais (agricultura e comércio). Vale referir, também, que o próprio nível de subdesenvolvimento do país e as frequentes crises políticas têm sido obstáculos para a entrada de fluxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Então, estima-se que a produção de castanha de caju seja responsável por mais de 90% das receitas de exportação da Guiné-Bissau ao longo das últimas décadas no país (ONU, 2017; ANEME, 2018).

Ressalva-se que, durante séculos, o território da Guiné-Bissau foi administrado conjuntamente com o arquipélago de Cabo Verde. Em 1879, tornou-se uma província independente com administração própria, chamada de Guiné Portuguesa. Em 1956, Amílcar Lopes Cabral e mais cinco companheiros fundaram em Bissau, o Partido Africano da Independência (PAI), que posteriormente (em 1960), passou a designar-se de PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Este partido, sob liderança do Amílcar Cabral, desencadeou em janeiro de 1963, uma luta armada contra o jugo colonial português para a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que durou 11 anos de guerra sangrenta, acabando por proclamar unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau no dia 24 de setembro de 1973, reconhecida por Portugal no dia 10 de setembro de 1974, após à queda do regime fascista e ditatorial português em 25 de abril de 1974. Desta forma, a Guiné-Bissau tornou-se o primeiro país a se declarar independente entre os países da colônia portuguesa na África (Cassama, 2014).

Apresentados os elementos essenciais que caracterizam a Guiné-Bissau, a seção seguinte se dedica a discutir os conceitos de democracia e ditadura.

3 Conceitos de democracia e ditadura

Não existe uma única definição para a palavra democracia, portanto, pode-se utilizar alguns conceitos básicos. Norberto Bobbio (1986, p. 30) afirma que, ao contrário de todas as formas de governo autocrático, a democracia pode ser “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*”. Nessa mesma linha, Joseph Schumpeter (1975, p. 242) afirma que a democracia é um método político, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política, legislativa e administrativa. Um método pelo qual os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma competição pelo voto popular. Ou seja, numa definição clássica, o conceito democracia surgiu na antiga Grécia, que significa o poder do povo: *demo*= povo e *kratos*= poder.

Pode-se assim considerar que a democracia é um regime político no qual a soberania é exercida pelo povo. Porém, parte deste poder soberano é delegada ao Estado. Ou seja, o poder popular pode ser exercido diretamente pelo povo (mediante plebiscito e referendo) ou pelos seus

representantes indiretamente (eleitos através do voto). Robert Michel (1982) aponta que há impossibilidade mecânica, administrativa e técnica de um governo direto das massas, o que impõe a vitalidade de representantes, para atuarem e decidirem em nome do povo. Posto isso, o autor afirma que não existe democracia sem partidos políticos, pois estes se revelam como o único meio para criar uma vontade coletiva.

É verdade que a concepção de democracia mudou muito ao longo dos tempos, isso porque os sistemas democráticos se apresentam em diferentes graus e características, conforme o desenvolvimento e a participação cívica dos cidadãos. Vários modelos e teorias sobre a democracia foram desenvolvidos por teóricos políticos. Nessa ótica, Robert Dahl (1997) argumenta que não existe uma “democracia pura”, na qual todos os cidadãos poderão ter igual poder de influenciar as decisões, por conta da dimensão populacional dos países e, devido a estas limitações, nenhum sistema político pode alcançar uma democracia plena³.

Por conseguinte, a democracia moderna é destacada por inúmeras condições tais como: soberania popular; sufrágio universal (direito de votar e ser votado); existência de múltiplos partidos; eleições livres, justas e periódicas; fixação de mandatos dos representantes; existência de uma Constituição que regulamenta a vida política e pública de todos os cidadãos perante a lei; separação de poderes, promoção de liberdade, igualdade e fraternidade.

Oposto a isto, o termo “ditadura” indica, em sua origem, na Roma republicana, um órgão temporário criado apenas para fazer frente a uma situação de emergência, num limite temporal muito rígido (máximo de seis meses), e que era ativado, conforme os processos e dentro de limites constitucionalmente definidos. Isto quer dizer que o ditador era nomeado pelo Senado por um fim claramente definido, seja para a condução de uma guerra, seja a solução de uma crise interna, e “seus decretos tinham o valor de lei”. Mas, os seus poderes não eram ilimitados nem podia revogar ou mudar a Constituição, declarar a guerra, impor novos ônus fiscais aos cidadãos romanos, assim como não tinha competência na jurisdição civil (Stoppino, 1998, p. 368). Por outro lado, “a Ditadura moderna tem, pelo contrário, uma conotação indubitavelmente negativa. Designa a classe dos regimes antidemocráticos ou não-democráticos modernos”, na qual há “uma acentuada concentração do poder e pela transmissão da autoridade política de cima para baixo, não de baixo para cima” (Stoppino, 1998, p. 370).

Stoppino (1998) ainda acrescenta que as ditaduras são, geralmente, regimes autocráticos, que se concentram na figura de um chefe que, muitas vezes, tende a personalizar o poder. Nas sociedades em vias de transformação, que já experimentaram o princípio da soberania popular com uma participação política ampliada, o regime ditatorial não pode basear-se na tradição ou na aceitação passiva de grande parte da população, ao contrário das que estão ligadas ao absolutismo e ao despotismo.

³ A democracia plena, segundo Dahl (1997), seria um regime no qual os cidadãos têm direitos de participar diretamente no processo de tomada de decisões.

4 Conceito de governança

Pode-se compreender a governança como “um sistema composto por mecanismos e princípios que as instituições possuem para auxiliar a tomada de decisões e para administrar as relações com a sociedade, alinhado às boas práticas de gestão e às normas éticas, com foco em objetivos coletivos” (BRASIL CGU, s/d). Com esta definição, a governança pública pode ser definida, como arranjos de natureza pública na qual o Estado coordena as ações que visem à participação de todos os interessados, na busca de soluções para problemas comuns (Grindle, 2017 apud Buta; Teixeira, 2020).

Dessa forma, a governança não se restringe apenas aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, pois pode envolver outras entidades não estatais. Porém, os desafios relacionados à boa governança não podem se restringir apenas aos princípios de confiabilidade, transparência ou *accountability*, mas devem envolver também o fortalecimento da democracia, as condições de equidade e da participação social no processo de tomada de decisões. Lembrando que a boa governança é a condição fundamental para um desenvolvimento sustentável, para a consolidação da democracia e de boa gestão da coisa pública.

A governança não pode ser confundida necessariamente com o sinônimo de governo, pois o primeiro tem uma função direcionadora, que pode envolver toda a sociedade civil composta por instituições públicas e privadas, enquanto o segundo tem a função de gestão e realização. Portanto, consoante o portal de Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil (2024), eis os seguintes princípios de governança: capacidade de resposta (a capacidade de responder de forma rápida, eficiente e eficaz às necessidades das partes interessadas); integridade (a ética e moralidade pública); transparência (disponibilização dos dados); equidade e participação (inclusão de todas as partes interessadas); *accountability* (prestação de contas e responsabilidade); confiabilidade (passar segurança à sociedade em relação a sua atuação); e melhoria regulatória. Tudo isso corresponde à forma de manter os mecanismos da condução de políticas públicas e da prestação de serviços de interesse comum.

Vendo que estes pressupostos, a “boa governança” nunca foi verificada efetivamente na Guiné-Bissau após a abertura democrática, e logo na primeira presidência constitucional de Nino Vieira e do governo constitucional do PAIGC, iniciada em 1994, o país começou a mergulhar numa série de ciclos de instabilidade política e contínuos sobressaltos, iniciada em junho de 1998, quando entrou em guerra civil (conflito político-militar), desenrolada na capital Bissau, que durou 11 meses (de junho de 1998 a maio de 1999), e culminou com a queda do presidente Nino Vieira, após 19 anos no poder, e causou consequências sérias ao país, que vão desde a destruição quase total de infraestruturas à degradação da produção econômica em geral (Augel, 2007; Sangreman *et al.*, 2006).

5 Pós-independência e abertura política na Guiné-Bissau.

É importante frisar que, quando o PAIGC deu a independência à Guiné-Bissau, proibiu a existência de outros partidos. Logo, o país foi governado em uma espécie de Partido-Estado, ou seja, o próprio partido era o Estado e vice-versa. Ainda, alguns confundem o PAIGC com o Estado da Guiné-Bissau,

uma vez que ambos possuem símbolos parecidos, caso da bandeira e do brasão de armas (Cateia; Rohenkohl; Castellano, 2018).

Depois das independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, os dois países andavam unidos sob o comando do PAIGC (Estado binacional), em ápice da união almejada pelo projeto ideológico de Amílcar Cabral – a união orgânica entre os dois territórios e os dois povos sob a mesma bandeira e o mesmo hino. Um dos princípios desta unidade conferiu constitucionalmente às Forças Armadas um papel de relevo na estrutura, na organização e no funcionamento do Estado (Mané, 2014; Cardoso, 1995). Porém, em 14 de novembro de 1980, em Bissau, João Bernardo Vieira “Nino Vieira”, o então Comissário Principal (Primeiro-Ministro), conduziu um golpe militar que derrubou o presidente Luís Cabral, aproveitando-se da crise ideológica antagônica e clivagens políticas entre bissau-guineenses e cabo-verdianos, acusando o regime deposto de ter assassinado cerca de 500 bissau-guineenses, enterradas em valas comuns (Mané, 2014).

Esse primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau acabou selando a separação efetiva entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, abortando assim, o projeto ideológico de unificação dos dois países, ou seja, da construção do Estado binacional idealizada por Amílcar Cabral. Com o rompimento político dos dois países, o novo regime implantado na Guiné-Bissau não proporcionou grandes mudanças positivas ao povo e a situação do país agravou-se tanto em termos políticos, assim como sociais e econômicos, considerando que Nino Vieira concentrou o poder, fortaleceu a ditadura, perseguiu e eliminou fisicamente os seus adversários políticos e militares com alegadas justificativas de tentativas de golpes de Estado.

Portanto, devido às mudanças globais, decorrentes de queda do muro de Berlim em 1989; fim da guerra fria; introdução da globalização, que propunha um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais no mundo; e, elevados taxas de endividamentos, mexeu profundamente com as estruturas políticas de quase todos os países do mundo, nomeadamente, os africanos, e, em particular, a Guiné-Bissau, que se encontrava mergulhada em uma profunda crise econômica após golpe de Estado e entre demais motivos, sendo um dos países mais pobres do mundo, o país viu-se obrigado apelar às ajudas de organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco mundial a fim de estruturar a sua economia. Para isso, o país precisava iniciar um processo de mudanças profundas a todos os níveis da sociedade, principalmente nos domínios político e econômico, ou seja, sair de regime militar e monopartidário para entrar numa democracia multipartidária (Cateia; Rohenkohl; Castellano, 2018).

Segundo Carlos Cardoso (1995), é esse processo de mudanças profundas que se convencionou chamar de transição democrática. Neste contexto, as pressões externas e internas culminaram com as alterações da legislação constitucional da Guiné-Bissau, em maio de 1991, permitindo, assim, o fim do partido único e a introdução de multipartidarismo, a desvinculação das forças armadas e da central sindical UNTG (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné) do PAIGC. A partir do então, Sangreman *et al.* (2006) salientam que, entre 1992 e 1993, assistiu-se ao nascimento e à proliferação de várias formações partidárias – com exceção da Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING) que surgiu na década de 1960 e da Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bá-fatá (RGB-MB)

que surgiu em 1986. Ao todo, havia 13 partidos legalizados pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ)⁴, além do PAIGC. Nas eleições de 1994, seis se juntaram na União para Mudança (UM), formando uma coligação, de modo que houve oito candidatos apoiados por algum partido nas eleições presidenciais, realizadas em julho (1º turno) e em agosto de 1994 (2º turno).

De acordo com o relatório da União Europeia (2005, p. 36), “na Guiné-Bissau, o sistema de partidos políticos é muito frágil. Em três décadas de independência, com exceção do PAIGC, os partidos políticos não conseguiram um desenvolvimento sólido, abrangente e plural com verdadeiro enraizamento nacional”. Seguindo essa afirmação, Sousa Cordeiro (2008, p. 1), sublinha que “o processo de democratização da Guiné-Bissau aconteceu de forma constrangida e precipitada”, pois não foram coordenados planejamentos que fossem capazes de moldar a relação entre civil e militar, que possam prevenir os problemas que causam no momento várias tensões políticas e sociais em pleno processo democrático.

Além disso, Sousa Cordeiro (2008) disserta que, realmente, devido à vulnerabilidade das instituições políticas e falta de capacidade do governo em controlar as Forças Armadas, resultou-se em sucessivos golpes de Estado e quedas de governos eleitos democraticamente. Para Tavares (2009) e União Europeia (2005), os militares são considerados como inimigos da democracia, pois, nos últimos anos, as forças armadas foram às principais fontes de instabilidade no país, sendo responsáveis pela queda de vários governos e tendo falhado em obedecer às autoridades civis legais. Nesse sentido, “a ausência de controle civil democrático sobre os militares na Guiné-Bissau justifica a incerteza da democracia representativa e a certeza de que o próprio processo de transição ainda se encontra numa situação degradante e incompleta” (Sousa Cordeiro, 2008, p. 10).

Com base nesse pressuposto, Tavares (2009) e Santos (1996 *apud* Mané, 2014), consideram que a democracia não se restringe apenas pelo voto e por eleições periódicas de governantes, embora que esses sejam elementos que a constituem, ela engloba outros elementos, e que a transição política na Guiné-Bissau não foi um sucesso, pois se deu num quadro de baixo grau de institucionalização, que não proporcionou condições para que houvesse independência de quatro poderes institucionais: Presidente da República, Executivo, Legislativo e Tribunais. A Guiné-Bissau é uma república unitária, laica e que adotou o regime democrático em março de 1991. O seu sistema político é semipresidencialista (que possui elementos de presidencialismo e parlamentarismo), no qual o presidente partilha o poder com o primeiro-ministro. Neste sistema de governo, o poder político baseado na separação e independência dos poderes, os órgãos da soberania são: o Presidente da República, o Executivo (governo), o Legislativo (parlamento) e os Tribunais. O poder Executivo tem como representante máximo o Primeiro-Ministro, que é o chefe de Governo (escolhido pelo partido ou coligação vencedora das eleições legislativas, por um mandato de quatro anos). O Presidente da República, que é o chefe de Estado (eleito diretamente pelo povo para um mandato de cinco anos) é considerado o símbolo da unidade, garantidor da independência nacional, da Constituição, além de Comandante Supremo das Forças Armadas. Ele é o representante da República da Guiné-Bissau⁵. Já o Poder Legislativo (Assembleia Nacional Popular) é constituído por um Parlamento unicameral, com um

⁴ Esclarece-se que, na Guiné-Bissau, o STJ faz vestes de Tribunal Constitucional e também funciona como um equivalente ao Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. Logo, é nele onde o processo eleitoral começa e termina.

⁵ Artigo 62 da Constituição da República (Guiné-Bissau, 2018).

total de 102 Deputados, eleitos por voto popular, por meio de uma lista fechada (onde os eleitores votam apenas em partidos, e não nos candidatos), para um mandato de quatro anos. Por fim, o Poder Judiciário é composto por Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal de Relação, Tribunais Regionais (há apenas cinco em funcionamento) e Tribunais Setoriais (total de 24 tribunais, mas dois deles não estão em funções). Há também Tribunais Especializados como Tribunais Militares e Tribunal de contas.

A Constituição da República em vigor é de 1996, na qual o Presidente tem o poder de dissolver o Parlamento (exceto nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do seu próprio mandato, durante a vigência do estado de sítio ou de emergência), assim como de demitir o governo em caso de grave crise política que ponha em causa o normal funcionamento das instituições da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos políticos com assento parlamentar (Guiné-Bissau, 2018).

De forma geral, há cerca de quatro dezenas de partidos políticos na Guiné-Bissau, porém, aqueles mais votados nas últimas duas eleições legislativas e concorrem em todos os círculos eleitorais do país, são: PAIGC; Movimento para Alternância Democrática-Grupo dos 15 (MADEM G-15); Partido da Renovação Social (PRS) e Partido dos Trabalhadores Guineenses (PTG).

Mesmo com a instalação da democracia pluripartidária, a Guiné-Bissau continuou a ter uma história de fragilidade política e institucional, sendo um dos países mais propícios a golpes de Estado e subversão da ordem constitucional. Lembrando que, depois da independência, o país registrou quatro golpes de Estado (1980, 1998, 2003 e 2012) e outras 16 tentativas de golpes (planejados ou suspeitos). Porém, além dos golpes militares, as frequentes mudanças de governo são outra manifestação da instabilidade política do país, fato pelo qual nenhum governo constitucional conseguiu terminar o seu mandato de quatro anos sem que houvesse a demissão do governo. Vale salientar que, tendo em conta tudo exposto acima, José Mário Vaz (Jomav) foi o único Presidente da República que conseguiu concluir o seu mandato presidencial de cinco anos, no período de 2014 a 2019 (Banco Mundial, 2018). Mesmo que não houvesse nenhum golpe de Estado ou assassinato de algum político ou militar de alto patente durante o mandato de Jomav, o país viveu uma série de crises institucionais, como o fechamento do parlamento e trocas ou derrubadas de nove Primeiros-Ministros, que numa situação de normalidade, deveria ser de apenas um primeiro-ministro.

À vista disso, vale ressaltar que perante o artigo 68 da Constituição da República da Guiné-Bissau dá ao presidente da República as competências de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro (demitir o Governo) e dissolver o parlamento em caso de grave crise política e institucional. No total, já foram realizadas sete eleições legislativas (1994, 1999, 2004, 2008, 2014, 2019 e 2023) e seis eleições presidenciais concluídas (1994, 1999, 2005, 2009, 2014 e 2019)⁶, na qual tiveram quatro dissoluções do parlamento em 11 legislaturas e mais de duas dezenas de primeiros-ministros nomeados. Isso demonstra claramente o efeito da instabilidade política no eixo do poder executivo guineense (União Europeia, 2005; Guiné-Bissau, 2018).

⁶ Houve a realização de uma sétima eleição presidencial, em 2012. Contudo, ela não foi concluída e, na prática acabou anulada, pois foi dado um golpe de Estado após a votação do 1º turno e antes da ocorrência do 2º turno.

6 Instabilidade política e democrática na Guiné-Bissau

Depois do fim do conflito em 1999, o país teve um presidente e um governo de transição, e no final do mesmo ano foram organizadas as segundas eleições gerais, nas quais o PAIGC sofreu derrota diante do Partido da Renovação Social, que obteve 38 assentos no parlamento, e RGB, com 29 assentos obtidos, contra 24 do PAIGC. O líder do PRS, Koumba Yalá, venceu as eleições presidenciais, com 72% dos votos, na segunda volta, colocando assim, fim a um regime personificado em Nino Vieira.

Com a vitória do Koumba Yalá e do seu partido, a saga de crises aumentou e o país ficou marcado pela agudeza crise econômica e social, pelas sucessivas instabilidades políticas, pela perda de credibilidade da Guiné-Bissau ao nível internacional, pelo declínio das instituições e pelos novos golpes de Estado (Rizzi, 2010).

Logo no primeiro ano de mandato de Koumba, o ex-Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Guiné-Bissau (CEMGFA), General Ansumane Mané, que liderou a junta militar para derrubar Nino Vieira, foi assassinado em novembro de 2000, após ter retirado patentes aos militares promovidos pelo Koumba Yalá. Além disso, em novembro de 2002, Koumba Yalá dissolveu o parlamento e trocou quatro primeiros-ministros durante os seus três anos de mandato, aumentando mais a crise no país, motivo pelo qual o seu mandato também foi interrompido por um golpe de Estado, em 2003, liderado sem derramamento de sangue, pelo então CEMGFA, General Veríssimo Correia Seabra, o que pôs em evidência as debilidades existentes no país.

Em março de 2004, o PAIGC voltou ao poder, após vencer as eleições legislativas daquele ano e Carlos Gomes Júnior (Cadogo) assumiu a chefia do governo. Em outubro do mesmo ano, o General Veríssimo Correia Seabra, também foi assassinado pelos militares (Sangreman *et al.*, 2006). Com o propósito de melhorar este quadro negativo, ou seja, em busca de estratégias e meios para o desenvolvimento socioeconômico do país, a redução drástica da pobreza, por meio de reformas estruturais definidas, para impulsionar um crescimento forte e acelerado no período de 2005 a 2015, as autoridades da Guiné-Bissau acabaram por elaborar em 2004/2005, o primeiro Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau - DENARP (Guiné-Bissau, 2005; Kemer, 2016).

O relatório do DENARP mostrou que desde os anos 2000, a instabilidade governamental atingiu todas as instituições da República e essa desorganização do aparelho de Estado tornou-se um dos maiores obstáculos para a implementação de políticas econômicas e sociais coerentes. Porém, os objetivos propostos no DENARP I não foram cumpridos ou alcançados, face às recorrentes crises político-institucionais e sobressaltos na classe castrense que se seguiram (Guiné-Bissau, 2005; Kemer, 2016).

Após seis anos exilado em Portugal, o ex-presidente Nino Vieira voltou à cidade de Bissau para concorrer às eleições presidenciais de julho de 2005, nas quais acabou derrotando o ex-companheiro de PAIGC, Malam Bacai Sanhá, no segundo turno. Logo em outubro do mesmo ano, o presidente Nino Vieira demitiu o governo de Carlos Gomes Júnior e nomeou Aristides Gomes como o novo chefe de governo. Em agosto de 2008, Nino Vieira dissolveu o Parlamento, e nas eleições legislativas que se seguiram em novembro, ganhou novamente o PAIGC com maioria qualificada, razão pela qual Carlos Gomes Júnior foi nomeado Primeiro-ministro.

Porém, em 1º de março do ano seguinte, o CEMGFA, General Batista Tagme Na Waie, foi morto durante um ataque à bomba na sede do Alto Comando Militar e no dia seguinte o presidente Nino Vieira também foi barbaramente assassinado na sua residência privada, pelos militares ligados ao Na Waie. E, três meses depois, foram assassinados dois deputados do PAIGC, o ex-ministro de defesa Hélder Proença, e o ex-ministro da Administração Interna e candidato presidencial às eleições presidenciais daquele ano, Bacirot Dabó (Kemer, 2016).

Em julho de 2009, Malam Bacai Sanhá venceu Koumba Yalá no segundo turno de eleições presidenciais, e parecia que o país iria se estabilizar, até que, em abril de 2010, um grupo de militares liderados pelo general António Indjai, levaram a cabo um motim (golpe de Estado), na qual prenderam o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior (libertado dias depois) e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante Zamora Induta, que foi afastado de cargo (Kemer, 2016).

Nesse enquadramento, o governo da Guiné-Bissau acabou por elaborar, em 2011, o segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, ou DENARP II, para o período entre 2011 e 2015. As metas para o DENARP II buscaram: fortalecer o Estado de Direito e as Instituições Republicanas; a estabilidade macroeconômica; estabilização do contexto de segurança do país por uma reforma harmonizada das forças da defesa e segurança; reduzir significativamente a pobreza nas suas múltiplas dimensões; a promoção de desenvolvimento econômico, de capital humano, de Educação, Saúde, Saneamento etc. (Guiné-Bissau, 2011; Kemer, 2016).

Em janeiro de 2012, o presidente Malam Bacai Sanhá morreu em França, onde estava submetido a tratamento médico, e ao meio do processo das eleições presidenciais para escolher o substituto do Bacai, em 12 de abril de 2012, um grupo de militares deram um novo golpe de Estado, prendendo novamente o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior e o presidente interino Raimundo Pereira. Esse golpe de Estado foi amplamente condenado pela comunidade internacional e a Guiné-Bissau foi suspensa de suas atividades na União Africana e na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assim como outras organizações e parceiros bilaterais suspenderam imediatamente os acordos de cooperação e ajuda externa ao país. Também o Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da Resolução 2048, impôs sanções aos responsáveis pelo golpe (Kemer, 2016).

Como se não bastasse, em abril e maio de 2014, o povo guineense foi convocado para as eleições simultâneas (presidenciais e legislativas) no país, que foram vencidas pelo PAIGC e pelo seu candidato presidencial, José Mário Vaz, que formou governo com o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC. Com isso, criaram-se expectativas de um arranque ao desenvolvimento do país, sobretudo, após a realização da “Mesa Redonda”, uma conferência de doadores internacionais para a Guiné-Bissau em março 2015, em Bruxelas, Bélgica (Kemer, 2016).

Nesta conferência, o Estado da Guiné-Bissau apresentou um plano estratégico para o desenvolvimento do país para 2015-2020, denominado “*Terra Ranka*” (um novo começo) e a comunidade internacional prometeu uma ajuda de mais de 1 bilhão de euros para esse projeto. Porém, em agosto de 2015, houve uma nova ruptura na Guiné-Bissau, pois o presidente José Mário Vaz derrubou o governo liderado por Domingos Simões Pereira, alegando a existência de diferenças insuperáveis entre os dois, o que teria levado a uma “crise” institucional. Assim, a ajuda prometida

pela comunidade internacional foi congelada até que se criasse um ambiente propício para tal (Guiné-Bissau, 2015).

Para agravar ainda a situação, em janeiro de 2016, o PAIGC expulsou 15 deputados dissidentes (que posteriormente formaram MADEM G-15), por alegadamente violar a disciplina do partido. E a Comissão Permanente da ANP retirou o mandato parlamentar dos 15 dissidentes do PAIGC com base no art. 13.1c do Regulamento ANP e art 8.1 dos Estatutos dos deputados (ONU, 2018). Porém essa decisão foi revogada pelo Supremo Tribunal da Justiça (STJ), pois os 11 juízes do STJ declararam inconstitucional essa deliberação.

Após a demissão de Domingos Simões Pereira, a Guiné-Bissau entrou numa das crises mais severas da sua história, tanto no campo político e institucional, assim como no campo econômico e social. O país ficou praticamente parado entre 2015 a 2019, pois o parlamento ficou fechado por pouco mais de dois anos, devido a divergências entre PAIGC e PRS. Nesse período, José Mário Vaz nomeou e demitiu cerca de seis primeiros-ministros, resultando-se naquilo que DENARP II alertava: a profunda fragilidade das instituições do Estado e a sucessão de governos de curta duração resultaram na incapacidade de prosseguir, a médio e longo prazo, políticas de promoção da boa governação no país (Guiné-Bissau, 2011).

No dia 10 de março de 2019, ocorreram as eleições legislativas, as quais foram novamente ganhas pelo PAIGC por uma maioria simples. Por conta disso, o partido precisou fazer uma coalizão parlamentar com mais três partidos de oposição para assim poder governar. No entanto, no dia 29 de outubro de 2019, pouco menos de um mês para eleições presidenciais, marcadas para dia 24 de novembro de corrente ano, Jomav demitiu por decreto, o governo eleito de Aristides Gomes e nomeou o ex-primeiro-ministro de Koumba, Faustino Imbali. Porém, esse decreto foi rapidamente recusado por muitas organizações internacionais tais como: ONU, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana. De igual modo, vários países não reconheceram o governo nomeado pelo Presidente Jomav. Desta feita, a Guiné-Bissau operou com dois governos e dois primeiros-ministros por mais de uma semana, tudo em meio à campanha eleitoral.

Outra vez, as eleições presidenciais do final de 2019, foram tidas como uma luz ao fundo do túnel para que a Guiné-Bissau pudesse encontrar o caminho para uma estabilidade governativa e conseguir alavancar o seu desenvolvimento. Contudo, elas rapidamente se transformaram em um abismo e colocaram o país na senda de ditadura. Isso porque, depois dos resultados eleitorais publicados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), em janeiro de 2020, que deu como vencedor Umaro Sissoco Embaló, a candidatura de Domingos Simões Pereira apresentou um recurso de contencioso eleitoral a STJ (que faz veste de Tribunal Constitucional), alegando haver irregularidades no escrutínio da segunda volta. E, mesmo sem uma decisão judicial sobre o contencioso, Sissoco Embaló tomou posse a 27 de fevereiro de 2020 em uma cerimônia que ele considera de “posse simbólica”. No dia seguinte, demitiu o governo constitucional de Aristides Gomes e nomeou inconstitucionalmente um governo chefiado por Nuno Gomes Nabiam.

A partir da “posse simbólica” acima referida, Sissoco Embaló tem mergulhado em praticar atos que violam sistematicamente a Constituição da República e demais leis do país: assinou secretamente um acordo de exploração do petróleo com o Senegal; criou o cargo do Vice-Primeiro-ministro;

dissolveu o parlamento em maio de 2022, manteve Nuno Nabiam como primeiro-ministro em um “governo de iniciativa presidencial” e convocou eleições legislativas antecipadas que acabaram por acontecer só em quatro de junho de 2023 (quando a lei eleitoral prevê novas eleições em 90 dias a partir da data de dissolução da ANP). Desta feita, a coligação Plataforma da Aliança Inclusiva-Terra Ranka (PAI- Terra Ranka), formada por PAIGC e mais quatro partidos⁷, foi a vencedora dessas eleições. Porém, pouco tempo depois da formação do governo, Sissoco Embaló dissolveu inconstitucionalmente o parlamento, em dezembro de 2023, alegando tentativa de golpe de Estado (a Constituição no seu artigo 94 diz que a Assembleia Nacional Popular não pode ser dissolvida nos 12 meses posteriores à eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou de emergência).

Porém, antes de todos os episódios mencionados acima, em novembro de 2023 o STJ foi invadido por militares armados de batalhão da guarda presidencial e o vice-presidente do STJ, Lima André, apoderou-se do Gabinete do presidente do órgão, José Pedro Sambú, que foi impedido pelos militares de ir trabalhar.

As novas eleições legislativas marcadas para novembro de 2024 foram adiadas sem nova data fixada e, mesmo sabendo que o seu mandato terminará em fevereiro de 2025, Sissoco até a data presente deste artigo, ainda não marcou as eleições presidenciais, alegando que o mandato dele só terminará em setembro de 2025. Com órgãos da CNE em caducidade, o Supremo Tribunal de Justiça sem um presidente eleito e a presidência do parlamento usurpada pela segunda vice-presidente, complexifica ainda mais processo eleitoral no país.

Em suma, durante o mandato de Umaro Sissoco Embaló, houve inúmeras violações de direitos humanos e repressão contra liberdade de expressão nunca vistas no país; vários ativistas políticos foram espancados, inclusive em instalações da presidência; rádios privadas foram fechadas ou vandalizadas por homens armados; as manifestações cívicas estão proibidas no país; alguns militares e civis foram presos arbitrariamente, acusados de tentativa de golpe de Estado; os adversários políticos vem sendo perseguidos e ameaçados publicamente; o Supremo Tribunal de Justiça, o Ministério Público e todas as instituições do Estado estão controladas por Sissoco; e ele concentrou todos os poderes, alegando ser o único detentor do poder, ignorando completamente a separação de poderes (freios e contrapesos). No meio de tudo isso, aumentou significativamente o tráfico de drogas no país, a perseguição aos caciques tradicionais da política guineense, o aumento da pobreza e da miséria, enquanto o medo toma conta das ruas e a incerteza passa a ser o imaginário do povo.

7 Considerações finais

De acordo com os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018, p. 92-93), “para autoritários potenciais, as instituições judiciárias e policiais representam, assim, tanto um desafio quanto uma oportunidade”, pois, sendo elas independentes, têm a capacidade de punir abusos governamentais, mas quando são controladas por sectários, elas podem proteger o governo enquanto

⁷ Os outros partidos que fazem parte da coligação são os seguintes: União para Mudança (UM); Partido da Convergência Democrática (PCD); Movimento Democrático Guineense (MDG) e Partido Social-Democrata (PSD).

o aspirante a ditador. Logo, ele “pode infringir a lei, ameaçar direitos civis e até violar a Constituição sem ter que se preocupar com a possibilidade de tais abusos serem investigados ou censurados”.

No cenário democrático guineense, as eleições têm sido um aspecto central e geralmente a participação da população no processo eleitoral é bem alta, girando em torno de uma média de mais de 80%. Várias eleições já foram realizadas. Ao todo, sete. Porém, se não tivesse passado por instabilidades e crises políticas ao longo dos anos, a Guiné-Bissau já teria realizado sete eleições presidenciais e outras oito legislativas. As contendas e alegações de fraude sempre marcaram o pleito eleitoral guineense, sob frequente monitoramento da comunidade internacional. A verdade é que as eleições não resolvem os problemas crônicos e a desavença política e institucional da Guiné-Bissau, uma vez que a fraqueza das instituições e a falta de um Estado de Direito efetivo comprometem grandemente a governança democrática no país. A corrupção generalizada, a falta de transparência na gestão pública, a interferência militar na política, a impunidade, o ambiente de insegurança e o descrédito nas instituições do Estado são os maiores desafios para a consolidação da democracia na Guiné-Bissau, a realização de uma boa governança, na qual o governo possa implementar políticas públicas eficazes.

Por outro lado, a governança na Guiné-Bissau também é afetada por inúmeros outros desafios, tais como a pobreza, a falta de infraestrutura, de recursos econômicos e financeiros. Assim sendo, “após o conflito político e militar de junho de 1998, as instituições do Estado na Guiné-Bissau nunca mais conseguiram restaurar a sua capacidade de atuação ou pelo menos, manter o que já vinha a funcionar desde a democratização, mesmo com as dificuldades inerentes à sua estrutura centralizadora” (Carvalho, 2014 apud Carvalho, 2016, p. 70).

Embora haja esforços de alguns partidos políticos para consolidar a democracia e melhorar a governança na Guiné-Bissau, o atual cenário político no país está a remar contra a construção de instituições fortes, contra o estabelecimento de princípios democráticos, contra a promoção da transparência na administração pública e contra qualquer instalação de um Estado de Direito. A Guiné-Bissau precisa de uma reforma política e reforma no setor de defesa e segurança para poder dar passos à construção de instituições fortes e capazes de fortalecer a democracia e governação do país, não de uma ruptura democrática.

Na visão de Levitsky e Ziblatt (2018, p. 92) “a erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequeníssimos passos [...] com efeito, as iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade”. O que tem sido verificado na Guiné-Bissau nestes últimos anos, são indícios claros da erosão da democracia em passos largos. Por isso, acreditamos que este país corre o risco de voltar ao regime de ditadura, se não for salvo pelo povo e pela ajuda da comunidade internacional. Pois, as virtudes positivas da democracia guineense já estão esgotadas e parecem ecoar os momentos mais sombrios do que da década de 1980. De acordo, com Issufo (2002), o estado da democracia guineense piorou a nível global, porque o Índice de Democracia publicado em 2022 pela *Economist Intelligence Unit* (EIU), concluiu que, no ano 2021, a Guiné-Bissau ocupou a posição 138 no ranking da democracia, e ela foi a pior entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), não obtendo pontuação alguma no campo “funcionamento do governo”. Salienta-se que o país consta na categoria de “regimes autoritários”, tal como Angola e Moçambique.

Sendo assim, os dados acima mencionados sustentam que, desde 2020 a 2024, tem aumentado no país o nível de autoritarismo, violações de direitos humanos, repressão às liberdades de expressão e de imprensa. Também, observa-se que o nível da corrupção tem crescido bastante. De acordo com *Trading Economics* (2024), a Guiné-Bissau figura-se entre os 22 países mais corruptos do mundo, ocupando a posição 158 entre 180 países avaliados, segundo os dados da “Transparência Internacional”, de acordo com o Índice de Percepção da Corrupção de 2023.

Entretanto, os caminhos para consensos políticos que visam a estabilidade do país estão cada vez mais difíceis, devido às rachas nos partidos e ao aumento de dissidentes, e inconformados que fazem surgir novos partidos para apoiar o atual regime liderado por Umaro Sissoco Embaló, crescem gradativamente, o que pode contribuir cada vez mais para a fragmentação dos partidos políticos, aumentando, assim, a força e a permanência do atual chefe de Estado no poder.

Referências

- AFROBAROMETER. *Guinea-Bissau*. 2024. Disponível em: <<https://www.afrobarometer.org/countries/guinea-bissau/>>. Acesso em: 19 dez. 2024.
- ANEME (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS METALÚRGICAS E ELETROMECCÂNICAS). *Estudo Guiné-Bissau – Enquadramento Perspectivas de Desenvolvimento. Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais*. Lisboa, 2018. Disponível em: <https://www.aneme.pt/site/wp-content/uploads/2018/07/ESTUDO_guineBissau-1.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- AUGEL Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BANCO MUNDIAL. *Guiné-Bissau, Aspectos Gerais*. 2018. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>> Acesso no dia 2 jan. 2019.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL CGU (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO). *Governança*. s.d. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/governanca>>. Acesso em: 28 set. 2024.
- BRASIL TCU (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO). *Governança no setor público*. 2024. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.htm>>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, n. 94, p. 370–395, set. 2020.
- CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, n. 2, p. 259–282, 1995.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. *Política externa e Estado frágil na Guiné-Bissau: crises multidimensionais e o papel dos Organismos Internacionais "CPLP & CEDEAO" (1973-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. *Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2014.

CATEIA, Júlio Vicente; ROHENKOHL, Júlio Eduardo; CASTELLANO, da Silva Igor. A mudança estrutural em Guiné-Bissau. *Rev. Textos de Economia*. 21 n. 1, p. 97-124, 2018.

DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.

ISSUFO, Nádia. Democracia: Guiné-Bissau, a pior classificada dos PALOP. *Deutsche Welle*, 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/%C3%ADndice-de-democracia-2021-guin%C3%A9-bissau-a-pior-classificada-dos-palop/a-60749103>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FMI (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL). *Relatório nacional do FMI n 24/132*, 2024. Disponível em: <<https://www.elibrary.imf.org/downloadpdf/journals/002/2024/132/002.2024.issue-132-pt.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2024.

GUINÉ-BISSAU. *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)*, 2005. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2019.

GUINÉ-BISSAU. *Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP II)*, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7433096-Segundo-documento-de-estrategia-nacional-de-reducao-da-pobreza-denarp-ii-versao-final.html>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

GUINÉ-BISSAU. *Constituição da República da Guiné-Bissau 1996*, 2018. Disponível em: <<http://www.parlamento.gw/leis/constituicao>>. Acesso em: 30 dez. 2018.

GUINÉ-BISSAU. *Guiné-Bissau em números 2015*, 2015. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/34770485-Guine-bissau-em-numeros-2015.html>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

GUINÉ-BISSAU. *Terceiro recenseamento geral da população e habitação de 2009*. 2009. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

KEMER, Thaíse. *A atuação da Peacebuilding Commission das Nações Unidas para a construção da paz: Estudo de caso da Guiné-Bissau entre 2007 e 2014*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANÉ, Iussufi. *O desafio da segurança na República da Guiné-Bissau: que vias estratégicas de exequibilidade da reforma do setor de segurança para a saída da crise?*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Nova de Lisboa, 2014.

MBUNDE, Timóteo Saba. *As políticas externas brasileira e chinesa para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014): cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). *As Nações Unidas na Guiné-Bissau*. 2018. Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/na%C3%A7%C3%B5es-unidas-na-guin%C3%A9-bissau>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ONU. *Relatório sobre o direito à saúde na Guiné-Bissau*. Secção de Direitos Humanos-ACNUDH, 2017. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/GW/RightHealthGuineaBissau_PT.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

RIZZI, Kamilla R. A instabilidade contínua na Guiné-Bissau. *Boletim Meridiano* 47, n. 117, p. 23-26, 2010.

SANGREMAN, Carlos; SOUSA JÚNIOR, Fernando; ZEVERINO, Guilherme; BARROS, Miguel. *A evolução política recente na Guiné-Bissau*. as eleições presidenciais de 2005; os conflitos; o desenvolvimento; a sociedade civil. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento; Instituto Superior de Economia e Gestão-Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. New York, Harper, 1975.

SOUSA CORDEIRO, Roberto. *Guiné-Bissau 1973-2005: uma análise sobre a relação civil-militar no processo de transição política*. 2008. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAUUMAANALISESOBREARELACAOCIVILMILITAR.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

STOPPINO, Mario. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1998, p. 368-378.

TAVARES, Adilson de Jesus Cabral. *O regime político guineense (1994-2008)*. 2009. Disponível em: <[http://www.didinho.org/Arquivo/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_\[1\].pdf](http://www.didinho.org/Arquivo/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_[1].pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2019.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003*. s.d. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TRADING ECONOMICS. *Guiné-Bissau - Ranking de Corrupção*. 2024. Disponível em: <<https://pt.tradingeconomics.com/guinea-bissau/corruption-rank>>. Acesso em: 22 dez. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. *República da Guiné-Bissau Eleições Presidenciais junho 2005: Relatório Final*. 2005. Disponível em: <<http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/GW/guinea-bissau-final-report-presidential-elections-1>> Acesso em: 5 jan. 2019.

Artigo recebido em: Outubro de 2024.

Aprovado em: Dezembro de 2024.

Mamudo Djanté (mdjanterj@gmail.com) é Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto Metodista Bennett, tem Pós-Graduação – MBA em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Democracia e governança na Guiné-Bissau

Resumo. Desde a sua independência em 1973, a Guiné-Bissau tem sido marcada por ciclos de instabilidade política e desafios de governança ao longo de sua trajetória democrática. Este país africano conheceu inúmeros golpes de Estado militar e uma série de tentativas de subversão da ordem constitucional, causadas por crises políticas internas no seio dos diferentes partidos políticos e conflitos entre titulares de órgãos de poder, que dificultaram a instalação de instituições democráticas sólidas e a consolidação de governos democraticamente estabelecidos. Portanto, este artigo objetiva fazer uma análise sobre a democracia e a governança na Guiné-Bissau, trazendo algumas considerações no período antes da abertura democrática de 1991, visto que o país passou por diferentes estágios políticos com períodos de governo civil e militar. Os constantes sobressaltos ao poder na Guiné-Bissau constituem os empecilhos para a consolidação democrática, sendo um dos principais fatores que impedem o país de criar mecanismos para uma boa governação e o lançamento do seu desenvolvimento econômico, e social. Também, constata-se que o fraco funcionamento das instituições do Estado afeta sobremaneira a implementação de projetos de governos afirmados ao longo dos tempos. Por outro lado, o atual chefe de Estado, Umaro Sissoco Embaló, está a transformar substancialmente o sistema político do país em um regime autoritário.

Palavras-chave: Democracia; Governança; Política; Eleições; Guiné-Bissau.

Democracy and governance in Guinea-Bissau

Abstract. Since its independence in 1973, Guinea-Bissau has been marked by cycles of political instability and governance challenges throughout its democratic history. This African country has experienced numerous military coups d'état and a series of attempts to subvert the constitutional order, caused by internal political crises within the different political parties and conflicts between office holders, which have made it difficult to establish solid democratic institutions and consolidate democratically established governments. Therefore, this article aims to analyze democracy and governance in Guinea-Bissau, bringing up some considerations in the period before the democratic opening of 1991, since the country went through different political stages with periods of civilian and military rule. The constant jostling for power in Guinea-Bissau is an obstacle to democratic consolidation, and one of the main factors preventing the country from creating mechanisms for good governance and launching its economic and social development. In addition, the weak functioning of state institutions has a major impact on the implementation of government projects that have been established over time. On the other hand, the current head of state, Umaro Sissoco Embaló, is substantially transforming the country's political system into an authoritarian regime.

Keywords: Democracy; Governance; Politics; Elections; Guinea-Bissau.